

Globalização e Desenvolvimento Desigual: reflexões sobre o a dimensão espacial da economia

Eduardo Nunes Guimarães
Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de Economia

RESUMO

A preocupação central deste texto é realizar uma reflexão sobre os desafios e importância da regionalização da economia. Esta reflexão visa ressaltar a dinâmica funcional da economia na dimensão espacial. A proposta central parte do entendimento de que o interesse multidisciplinar recente pela dinâmica espacial do desenvolvimento econômico traz a tona algumas lacunas teóricas. O legado da teoria espacial revela algumas imprecisões conceituais e realça a importância de revisitar algumas de suas históricas contribuições. Como esforço complementar procura-se elaborar uma proposta metodológica de regionalização. Esta ação é entendida como uma tarefa essencial para o planejamento, a formulação e a avaliação da diversidade do desenvolvimento e suas singularidades e potencialidades espaciais.

O objetivo é apresentar elementos conceituais e metodológicos que permitam mostrar a importância e a possibilidade de trabalhar as relações sociais de produção na particularidade de seu campo de forças regionais, centrípeto e centrífugo, e escala regional. Entende-se que a regionalização da economia, a partir da identificação de suas características singulares, ainda representa um conhecimento de apoio imprescindível aos formuladores de políticas públicas de desenvolvimento, podendo também ser extremamente valiosa na formulação de estratégias de exploração do potencial de crescimento econômico, no fortalecimento do mercado de trabalho e na melhoria da qualidade de vida.

ABSTRACT

The paper's main aim is to deal with the challenges and importance of economic regionalization. It brings light to the functional dynamics of the space economy. The basic proposal is the recent multidisciplinary interest on spatial economic dynamics and its theoretical gaps. The economic spatial theory legacy brings out some conceptual misunderstanding and it leads to the importance in revisiting its main background. As a complementary effort a methodological proposal is built. It is believed as an essential task for regional planning, formulation and evaluation of the development diversity and its spatial

potential and singularities. The goal is to provide conceptual and methodological elements that highlight the importance and the possibility of working the social relations of production in the particularity of its regional centripetal and centrifugal field of forces and scale. The basic understanding is that the economic functional regionalization, based on the identification of regional unique characteristics and field of forces, still represents an essential knowledge to support policy makers. Additionally it could also be extremely valuable in formulating strategies to exploit investment potentials of economic growth, strengthening labor market and improving welfare.

Introdução

Embora as mudanças nas relações sociais e no processo de produção do espaço não sejam exclusivas dos períodos recentes, as últimas décadas têm revelado importantes transformações nas relações econômicas de produção e nas suas novas formas e configurações espaciais. A emergência de um novo paradigma tecnológico, dominado pelas tecnologias da informação e suas consequentes revoluções nos sistemas de comunicação e gestão do conhecimento, também estão ajudando a produzir importantes modificações na configuração econômica mundial. Tomando como referência um recorte histórico, pode-se dizer que a segunda metade do século XX trouxe à tona novos arranjos institucionais, articulados na escala supranacional que representaram respostas aos desafios de uma economia cada vez mais integrada na escala internacional. A ascensão da economia norte americana e a crescente transnacionalização de sua estrutura produtiva forjaram um novo balanço de poder que resultou em crescentes constrangimentos à capacidade regulatória dos estados nacionais. As últimas décadas do século XX revelaram dois fenômenos com grande poder de transformação na ordem espacial: a formação dos blocos econômicos e o enfraquecimento dos estados nacionais.

O surgimento pioneiro do bloco europeu e sua ambiciosa institucionalização supranacional, passando pela união alfandegária, moeda única e sem pátria, fundo de desenvolvimento regional, além de todos os novos arranjos institucionais, criaram um cenário desafiador para a organização espacial da economia. Esta ação foi seguida de forma menos arrojada por outras iniciativas que ajudaram a moldar novos arranjos na escala supranacional, como os três grandes blocos envolvendo EUA, Canadá e México (NAFTA - North America Free Trade), o Mercosul (acordo de cooperação entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) e a área do Pacífico (APEC - Asia-Pacific Economic Cooperation). O século que ora se

encerrava parecia apontar a formação dos blocos econômicos como a alternativa mais promissora para a nova ordem mundial e, sob os auspícios da hegemonia americana, foi duramente negociada a criação do bloco das Américas (ALCA – Área de Livre Comércio das Américas).

Embora esta estratégia de formação de blocos tenha perdido parte de seu ímpeto e em alguns casos, como na proposta da ALCA, tenha sido relativamente abandonada como “estratégia” para o século XXI, ela deixou um grande legado para pensar as transformações nas relações sociais de produção, em particular, quando tratadas na dimensão espacial. A criação dos blocos trouxe novamente para a cena econômica um velho desafio teórico, isto é: lidar com a economia na dimensão espacial e em escalas não delimitadas pelos referenciais político-administrativos dos territórios nacionais. Ou seja, os blocos econômicos formaram novos arranjos espaciais e passaram a ser tratados como recortes regionalizados e não contidos nos territórios. A regionalização dos espaços supranacionais recolocou em cena as preocupações com a diversidade do desenvolvimento intra-territorial e dos instrumentos de planejamento e avaliação.

O outro movimento importante no final do século passado foi a perda de poder dos Estados Nacionais, segundo O'Connor (1977) iniciado com a crise fiscal dos anos 1970 e ampliado com o crescimento do poder das grandes corporações transnacionais. Este movimento de enfraquecimento dos Estados Nacionais, cada vez mais submetidos aos interesses dos grandes capitais, ajudou a moldar um processo segundo Martins (1996) conhecido como globalização do capital. Impulsionado pelas inovações tecnológicas, o fenômeno da globalização ampliou de forma sem precedentes as interconexões sociais e econômicas entre os distintos espaços, conectando e desconectando pessoas e lugares, num amplo movimento de desregulação das economias.

As transformações sociais, com ênfase nas econômicas e tecnológicas, em curso desde as últimas décadas do século XX colocaram importantes desafios para a reflexão da dimensão espacial da economia. Primeiro, a questão levantada por Harvey (1990) acerca da compressão do espaço pelo tempo e, segundo, a idéia desenvolvida por Castells (2000) sobre a emergência de uma economia em rede, ou conforme Santos (1994) de um meio técnico-científico-informacional. De outro lado, também ganhou força o pensamento neoliberal, que na esteira do enfraquecimento do poder dos Estados Nacionais, encontrou na globalização o argumento principal para justificar o anti-planejamento e a tendência a convergência de renda como resposta aos desníveis de desenvolvimento intra e inter territorial.

Entretanto, apesar dos avanços da globalização, a primeira década do século XXI continua revelando a imensa desigualdade e diversidade do desenvolvimento e o recorrente desequilíbrio espacial, conforme, de velha data, ressaltadas nas abordagens clássicas de Hirschman (1961) e Myrdal (1972). O período recente também tem colocado um novo desafio, haja vista, de um lado, o enfraquecimento da economia americana e do bloco europeu e, de outro, a emergência da China como potência mundial, comandada por uma forte presença reguladora e produtiva do Estado.

Neste quadro de grandes transformações o estudo da economia, na sua dimensão espacial, requer esforços concentrados no sentido de promover um resgate seletivo do seu legado teórico e, conforme Diniz (2006 e 2007b), ao mesmo tempo, demanda avanços significativos nas suas abordagens e contribuições aos desafios presentes. O Pós Guerra foi muito profícuo em termos de profusão teórica e de experiências de planejamento do desenvolvimento espacial e urbano, até sofrer certo descaso a partir do final dos anos 1970, na esteira da crise dos estados e do pensamento keynesiano. Antes que as mais diversas experiências de planejamento do desenvolvimento regional tenham sido capazes de produzir resultados de referência, em termos de transformações sociais e redução das assimetrias espaciais, a emergência de novas prioridades e concepções sobre o desenvolvimento resultou em certo abandono das políticas de re-ordenamento dos territórios. Os percalços deste processo estão na base das quatro grandes preocupações deste texto: rediscutir a estrutura conceitual da ciência regional e as metodologias de regionalização; os desafios do planejamento e dos instrumentos de políticas de desenvolvimento regional; as escalas de poder e competências de gestão das políticas de desenvolvimento regional; os instrumentos e critérios de avaliação das políticas públicas de desenvolvimento regional.

Portanto, partindo do entendimento de que o interesse multidisciplinar recente pela dinâmica espacial do desenvolvimento econômico traz a tona algumas lacunas teóricas oriundas do legado histórico, a proposta central deste texto é revisitar as contribuições da ciência econômica e, ao mesmo tempo, realizar uma reflexão metodológica dos recortes espaciais como atributo essencial para o planejamento, a formulação e a avaliação da diversidade do desenvolvimento e suas singularidades espaciais. Ou seja, o objetivo é apresentar elementos conceituais e metodológicos que contribuam para a reflexão das transformações da economia e suas diversas e desiguais configurações urbanas e regionais.

O ponto de partida é o entendimento de que a economia se desenvolve e transforma de forma regionalizada e interdependente, formando estruturas produtivas integradas e suas respectivas redes urbanas. A configuração e as características distintivas das regiões recebem

influência dos legados históricos e dos campos de forças centrípetos e centrífugos que atuam sobre as relações sociais que produzem e transformam o próprio espaço (Perroux, 1950; Hirschman, 1961; Myrdal, 1972; Krugman, 1998a; Reis, 2005; Dunford & Greco, 2006).

Portanto, apesar do avanço da globalização da economia e da intensificação das trocas, entende-se que a estrutura espacial da economia continua sendo re-configurada em planos regionalizados. Estes recebem a influência dos campos de forças que atuam sobre a organização da sociedade e da economia e, assim, trazem à tona condicionamentos e características singulares que representam um conhecimento de apoio imprescindível, seja para os formuladores de políticas públicas de desenvolvimento, seja para a formulação de estratégias de exploração do potencial de crescimento econômico, o fortalecimento do mercado de trabalho, a sustentabilidade e a melhoria da qualidade de vida.

1. Revisitando os desafios teóricos

De acordo com Storper (1997), desde o início dos anos 1980, período de predomínio do pensamento liberal, com exceção de historiadores e geógrafos que sempre estiveram envolvidos com a temática regional, a ciência regional não apresentava objeto de interesse para a ciência social dominante (“mainstream”) norte-americana. Segundo este autor, a década de 1980 marcou uma espécie de redescoberta em relação à problemática das regiões por parte de um grupo de economistas políticos, sociólogos, cientistas políticos e geógrafos. Na mesma linha, Krugman (1998) generaliza ao assinalar que até a década de 1990 teria ocorrido no meio científico uma completa negligência para com a dimensão espacial da economia.

Ainda segundo Storper, ocorre um reconhecimento de que a discussão e o interesse pelos temas espaciais ganharam nova densidade a partir do início dos anos 1990, incluindo não apenas os profissionais cuja especialidade é a questão espacial. Conforme Diniz (2006), além dos desafios próprios do leque multidisciplinar envolvido com a temática espacial, no caso específico da ciência econômica, este redescobrimento dos temas espaciais ajudou a trazer distintas especialidades, dentre outras, da economia agrícola, das finanças e da economia industrial. De fato, o novo interesse pela temática da dimensão espacial da economia, acompanhado de terminologias próprias como arranjos produtivos locais, clusters, distritos industriais, desenvolvimento local, bem como o apoio dado pelo crescimento dos fundos de pesquisa nesta área, tem contribuído para alguns avanços, mas também para certa banalização acerca de conceitos-chaves e dos objetos centrais dos estudos regionais.

Cabe reconhecer o grande mérito da contribuição de Krugman (1991, 1998b, 1998c) para a visibilidade e interesse pelos aspectos geográficos do desenvolvimento, reconhecidamente um dos principais formuladores da Nova Geografia Econômica. A ênfase dada por ele quanto à negligência em relação à particular localização das atividades econômicas e suas transformações foi decisiva para reacender o interesse intelectual pelos aspectos geográficos ou espaciais do desenvolvimento.

Entretanto, o reconhecimento da negligência quanto à dimensão espacial da economia na análise de Krugman (1998a) pode ser considerado um importante passo, mas apenas um primeiro degrau de um grande caminho no sentido do desenvolvimento de uma nova e necessária abordagem do desenvolvimento econômico na sua dimensão espacial. Este tem sido um dos principais desafios das modernas abordagens do tema. Para além do crescente envolvimento de conhecimentos multidisciplinares e de especialidades diversas, a ruptura ocorrida no pensamento regional na década de 1970 deixou um legado inacabado em termos teóricos e metodológicos. Revisitar e reinterpretar este legado, nem sempre uma preocupação das novas abordagens, ajuda a reposicionar este debate e também a criar condições para a formulação de propostas concretas de planejamento do desenvolvimento e metodologias de avaliação de desempenho das políticas e ações.

O ponto de partida é a ambigüidade do conceito de região e a concepção de desenvolvimento regional. A chamada ciência regional, cuja consolidação ocorreu a partir da década de 1940, nunca chegou a uma definição precisa acerca do conceito de região. Embora tenha ganhado status próprio de ciência regional, de fato, o recorte regional não foi capaz de prover uma definição precisa e consensual. Na verdade, desde as primeiras análises espaciais da economia que começaram a ser desenvolvidas ainda nos primórdios do século XIX, através dos estudos de Von Thünen (1826), pioneiro nos ensaios de aglomeração espacial e tamanho dos mercados em torno de cidades isoladas, pode-se notar que a idéia de espaços diferenciados e singulares esteve presente, mas não claramente conceituada. Estes estudos pioneiros foram basilares para a formulação da teoria da localização e do lugar central (Weber, 1909; Christaller, 1933; Lösch, 1940), que marcou a tradição alemã de estudos urbanos. Também foi muito influente a contribuição de Marshall (1890), que nos seus *Princípios de Economia* desenvolveu os conceitos de economias externas e distritos industriais. Embora não tenham lidado diretamente com o conceito de região, estes precursores lançaram três importantes sementes: a diferenciação da atividade econômica manifesta-se sob condições espaciais específicas; o reconhecimento da existência de um campo de forças centrípeto e centrífugo na organização espacial da economia; a inter-relação

entre a unidade produtiva e as condições do ambiente externo onde esta se encontra localizada espacialmente.

Apesar destas destacadas contribuições é bem conhecido na literatura econômica que o tema da dimensão espacial da economia não era central no núcleo principal da teoria econômica. O trabalho mais destacado, no campo dominante, foi a síntese neoclássica da ciência regional, escrita por Isard (1956). De fato, as abordagens pioneiras não tratavam especificamente das áreas de influência regional da economia, mas fundamentalmente de questões relativas à urbanização e às teorias da localização das atividades produtivas. Entretanto, mesmo não se atendo à regionalização da economia, estas contribuições foram decisivas, pois procuravam explicar onde as atividades econômicas se localizam e se desenvolvem com vantagens.

Assim, foi somente após a Segunda Grande Guerra e no rastro da emergência das políticas keynesianas, a cargo dos Estados Nacionais, que uma nova abordagem espacial foi duramente desenvolvida, ainda que de forma incompleta. Influenciado pelas análises de progresso técnico de Schumpeter (1934), Perroux (1950) foi pioneiro no desenvolvimento do conceito de região como um espaço econômico abstrato. Seguido por Boudeville (1968), seu discípulo que teve grande influência e participação na formação do pensamento regional brasileiro, eles deram vida à clássica teoria dos pólos de crescimento regional.

Perroux, embora pouco referido pelos novos especialistas em dinâmica espacial da economia, pode ser considerado como responsável pelo mais destacado esforço em descrever a dimensão espacial da economia e de trabalhá-la como um campo regional/espacial singular e distinto dos recortes territoriais e normativos convencionais. Seu ponto de partida era o reconhecimento da grande desigualdade de desenvolvimento entre as nações e da divisão de recursos entre elas e através de todo o espaço mundial. Seu ponto de vista negava a existência de “forças invisíveis” capazes de auto-promoverem a convergência econômica no espaço mundial e também não reconhecia a tendência à formação de uma ubiquidade na produção social do espaço.

Um segundo aspecto importante presente na contribuição de Perroux foi o destaque dado à relação intrínseca entre a dimensão espacial e a dimensão histórica do desenvolvimento econômico. Este ponto lhe permitiu ressaltar a lógica histórico-estrutural da produção social do espaço, ao afirmar que “the earth cannot be remodeled entirely and without delay, the past cannot be effaced” (PERROUX, 1950, p.90). Ou seja, segundo esta visão, quanto mais complexo o estágio do desenvolvimento social, mais as relações econômicas encontram-se interligadas entre distintos lugares e através dos tempos.

Enfim, a contribuição basilar de Perroux para definir o conceito de região foi sua noção de espaço abstrato. Primeiro ele destacou a enorme diferença entre, de um lado, o espaço político (delimitado pelos territórios sob a guarda dos estados nacionais) e, de outro, o espaço econômico e o espaço das relações humanas. Esta diferenciação representa a relação chave para apreender a especificidade da economia regional. De fato, a preocupação central de Perroux naquele momento era principalmente dar uma resposta aos conflitos havidos entre os territórios nacionais. Entretanto, ao realizar tal distinção ele mostrou como a dinâmica espacial da economia é claramente distinta da história e das condições sociais que estiveram na base da emergência, dinâmica e delimitação dos territórios protegidos pelo poder das forças armadas. Mostrou, principalmente, como a dinâmica espacial das regiões escapam a toda e qualquer cartografia formal e demarcatória.

Esta noção primaz de espaço abstrato trouxe à luz a possibilidade de entender as regiões como recortes geográficos funcionais e características articuladas às heranças históricas. Ou seja, as regiões não devem ser tomadas como simples áreas ou recortes espaciais em cujo interior estão contidas atividades produtivas ou objetos materiais. Ou como ressaltado por Amin (2004), a análise da dinâmica econômica regional impõem a necessidade de trabalhar as regiões como espaços não delimitados e sem um território definido. As regiões econômicas, segundo esta abordagem, devem ser representadas como um sistema de relações socioeconômicas sem limites definidos. Esta noção básica de região revela a importância de apreender a dinâmica dos fluxos econômicos e suas relações econômicas ao invés de ater simplesmente às atividades produtivas fixas, os chamados fixos espaciais, como as plantas industriais, equipamentos, matéria prima e mão de obra, todas estas assumidas como unidades de produção elementares.

Para finalizar, Perroux (1950, p.93-97) esboçou uma tipologia das regiões definidas como espaços econômicos. Segundo ele, as regiões podiam ser concebidas a partir de uma tripla noção: como um espaço de plano; como um campo de forças e como um agregado homogêneo. Infelizmente, a noção apresentada por Perroux como um conjunto unitário de tripla dimensão foi muito pouco compreendida e logo fragmentada em partes isoladas e de pouco significado econômico. Aliás, em sua forma singular, a noção de região esboçada como uma unidade de tripla dimensão ganhou significados e procedimentos metodológicos simplificados. A concepção elementar de região como um espaço de um plano transformou-se em um mero objeto de recorte normativo, subordinada à discricionariedade dos planejadores. Ou seja, todo recorte espacial poderia contemplar um plano e qualquer plano poderia ser assumido como uma região de planejamento, dando aos planejadores uma falsa e prática

liberdade de recortar e planejar o desenvolvimento regional, absolutamente dissociado das condições concretas de funcionamento da economia. As regiões de planejamento foram transformadas em objetivos programáticos, não necessariamente levando em consideração o real funcionamento dos campos de forças econômicas. Da mesma forma, a noção de um agregado homogêneo foi prontamente entendida como homogeneidades e uniformidades dando vazão a diversos recortes baseados em similaridades, em geral naturais e dissociados dos processos sociais e econômicos fundadores. Os percalços desta prática comprometeram diversas políticas públicas de desenvolvimento regional e ajudaram a minar a legitimidade do planejamento regional e da própria ação estruturante do Estado.

Uma interpretação mais acurada da proposição de Perroux (1950) revela que como um plano, cada unidade econômica define seu próprio campo de relações econômicas e técnicas. Ou seja, munida de autonomia decisória e interesses próprios, cada unidade econômica projeta seus arranjos microeconômicos no plano espacial das relações sociais de produção. Isto não define uma região. As outras unidades econômicas realizam o mesmo procedimento segundo seus arranjos microeconômicos particulares. Cada plano é específico de cada unidade econômica e significa um espaço de decisões autônomas e não possuem entre si o mesmo propósito ou a mesma extensão espacial. Os planos econômicos de cada unidade não necessitam ser condicionalmente restritos ou coincidentes com os limites territoriais dos estados nacionais ou suas subdivisões internas.

O conjunto de planos de todos os agentes ou unidades econômicas, como os planos dos governos, os planos dos trabalhadores, o plano das firmas, dão origem ao espaço como um campo de forças e suas interações ou sistema de relações. Isto conduz à formação de um plano de distintas zonas de influência econômica. Cada área ou zona de influência econômica é composta por um núcleo, chamado de pólo. Em torno de cada pólo encontra-se sua área de influência ou periferia que gravita em torno do núcleo e a ele se conecta em trocas econômicas e, segundo Storper (1997) não econômicas (untrade interdependencies), regulares e mais ou menos intensas. As relações econômicas dentro de cada área são marcadas pela presença de forças centrípetas e centrífugas, implicando em campos de forças interconectados de atração e repulsão. Isto significa que cada área de influência é moldada pela intensidade, singularidade e qualidade de suas relações econômicas para dentro e para fora, formando um espaço construído pela combinação de heranças de capital fixo e pelos fluxos correntes.

Por fim, Perroux apresentou sua noção de região como um espaço agregado homogêneo, não como uma forma descritiva de um estoque de características naturais e construídas, mas em função de suas estruturas de relações e de interações em comum. A

particular intensidade de relações de troca e comunhão de características relacionadas com o mercado de trabalho e sua qualificação, seu processo de aprendizado produtivo, formação de preços, desenvolvimento institucional, dentre outros, define a região e a divisão regional do trabalho.

Portanto, Perroux apresentou uma definição de região como uma noção conjunta de plano, área de influência e homogeneidade, capaz de formar características espaciais comuns próprias e distintivas, mas não homogêneas no sentido da uniformidade, mas no sentido das relações de trocas, da conectividade e do campo de forças. O epicentro desta noção de região é o seu pólo ou núcleo de irradiação de forças centrífugas e centrípetas, fazendo com que a região não possa ser entendida fora da relação dinâmica e funcional entre pólo e área de influência. Ou seja, é esta última relação que unifica o plano e a homogeneidade.

Outro ponto que sobressai na análise que Perroux realiza acerca da noção de espaço abstrato é um entendimento de região econômica totalmente dissociada do conceito de território. Embora região e território possam ser assumidos no plano do conhecimento vulgar como substantivos polissêmicos e em algum sentido com significados semelhantes, para os propósitos da regionalização econômica, uma clara distinção conceitual representa um passo necessário para o avanço da ciência regional.

Sob o prisma histórico é possível constatar que o termo região, embora desprovido de uma conceituação consensual, era uma presença constante nas análises espaciais da economia, denominadas de economia regional. A partir da ruptura dos anos 1970 e com o renascimento da economia espacial no final do século XX, espaço aberto a novos “especialistas” entrantes, o termo região, de desafiador significado, foi prontamente substituído pelo termo território. Onde aparecia economia regional e região, substituiu-se por “novos territórios” ou desenvolvimento territorial. Mas no contexto dos novos territórios não faz muito sentido a preocupação com a regionalização. É muito mais prático formular políticas de desenvolvimento e avaliar seus resultados empregando recortes espaciais delimitados por áreas bem definidas por critérios normativos ou político-administrativos.

Neste contexto poderia ser inferido que o termo território ao substituir o termo região resolveria a dubiedade do conceito e da definição desta última. Mas também é possível constatar que embora o termo território tenha sido adotado de forma mais ampla nas ciências sociais ele também não encerra um conceito definido e acabado. Pelo contrário, o conceito de território parece ter caminhado de um sentido mais restrito de dominação, limites, poder e soberania, próprios de um sentido jurídico e relativo ao controle do estado, servindo tanto às cidades-estado gregas quanto aos estados modernos, para um sentido mais comportamental e

difuso de dominação, conflitos, necessidades, interesses e ações, onde são geradas relações de poder e controle sobre o espaço por indivíduos ou grupos. Estes novos significados, traduzidos sob a denominação de “novos territórios” não atendem às necessidades e desafios da regionalização da dinâmica econômica. Ainda que sejam importantes para ajudar a pensar as transformações sociais, como o faz Santos (2005), retomando a noção de espaço banal de Perroux como um território de todos, a partir de uma nova construção política, da formação de novas identidades e da possibilidade de resistências ao mundo globalizado.

Embora os termos território e região possam apresentar etimologias que os permitam aproximar significados para indicar áreas ou porções geográficas ou espaciais e; mesmo considerando a riqueza de significados próprios da evolução das linguagens, entende-se que reduzir ambos a uma mesma representação conceitual pode representar um grande empobrecimento do conhecimento da dinâmica espacial. Da mesma forma, banalizar o significado de “novos territórios” dando-lhes uma conotação ambígua e genérica não contribui para a elaboração e avaliação das políticas de desenvolvimento regional e enfrentamento das desigualdades sociais. O grande problema, apontado por este texto é encontrar soluções metodológicas que permitam lidar com a diversidade e a dinâmica espacial. Neste sentido, usar o conceito de novos territórios, no seu sentido mais comportamental, combinado com recortes espaciais normativos ou políticos-administrativos próprios das relações de poder institucionais, representa uma verdadeira deturpação do objeto de análise. Ou seja, conforme analisado por Perroux, se o território representa um recorte geográfico normativo ou político-administrativo, então ele necessita ser dissociado do conceito de região econômica, pois esta não se limita aos contornos do primeiro.

De acordo com Souza (2000) o território representa uma área definida e delimitada, sendo esta originada por relações de poder. Segundo Jones (2007), quando o território é definido com base nas estruturas de poder dos estados, pode-se notar que o conceito de território não contempla a idéia de homogeneidade dado serem estes fundamentalmente plurais em suas naturezas, fundadas em relações de dominação e força e não de troca e complementaridade.

Neste sentido, compreender a dinâmica funcional das regiões econômicas como um conceito inacabado e nada consensual, e conceber uma metodologia de regionalização, embora desafiador representa uma tarefa da qual não se pode furtar na análise da dimensão espacial da economia.

E embora diversos estudos envolvendo a dimensão espacial da economia continuem insistindo em trabalhar o planejamento e as avaliações regionais sob o prisma dos recortes espaciais normativos ou político-administrativos previamente dados, justificados com base na limitação ou uniformidade das bases de dados disponíveis (oficiais), entende-se que esta prática limita a capacidade analítica, a formulação de ações e compromete os resultados relativos à compreensão da diversidade e desigualdade do desenvolvimento econômico na dimensão espacial. Ou seja, embora seja muito útil aos pesquisadores trabalharem com recortes espaciais normativos (para fins estatísticos – como os NUTS - *Nomenclature des Unités Territoriales pour la Statistics* - na União Européia ou as microrregiões do IBGE no Brasil) ou político-administrativos (territoriais – como os estados federados), tomados como plano regional de pesquisa, com limites bem definidos e práticos, é preciso reconhecer, como fazem o ESPON Project 1.1.1 (2005) e os relatórios da European Commission (2002 e 2009), que estes planos não necessariamente condizem com a realidade geográfica da estrutura espacial da dinâmica econômica e social, a qual, normalmente, transcende estes limites. Entende-se que esta prática limita a capacidade analítica, a formulação de ações e compromete os resultados relativos à compreensão da diversidade e desigualdade do desenvolvimento econômico na dimensão espacial.

A experiência européia recente de planejamento regional, embora inovadora em certos aspectos, encontra-se baseada em uma divisão geográfica do território dos países membros. Por decisão política, foi definido que as análises e enfrentamento do problema regional, bem como o desenho e a implementação da política de desenvolvimento regional e a compilação das bases estatísticas, deveriam ser realizadas através de uma nova divisão administrativa da União Européia, denominada de NUTs. Ou seja, os NUTs, em seus distintos e hierárquicos níveis administrativos, passaram a ser as unidades regionais de referência das políticas de desenvolvimento regional no bloco europeu. Cada país assumiu a responsabilidade de promover a divisão administrativa de seu território, atendendo a alguns parâmetros comuns estabelecidos pela comunidade (Dunford, 2010; European Commission 1999, 2009). Embora não se desconsiderando os elementos funcionais da regionalização, a definição dos NUTs em cada território atendeu a diversos critérios e interesses, provocando uma significativa diferenciação entre os mesmos e, principalmente, com definição de áreas restritas aos domínios territoriais de cada país membro. Esta limitação administrativa por si só criou restrições na identificação funcional das regiões econômicas européias formadas na confluência de distintos espaços territoriais.

Outra experiência de planejamento regional relevante em curso é o caso Chinês. Tomando como referência seu 11º Plano Quinquenal, segundo Dunford (s/d), o governo daquele país definiu quatro zonas prioritárias para o desenvolvimento. Estas zonas também são referidas como áreas funcionais ou “functional zoning”. Considerando tratar-se de uma economia com forte presença do Estado e da planificação, o modelo chinês na verdade transforma seus objetivos dirigidos e estratégias de desenvolvimento nacional e regional em novos arranjos funcionais. A especificidade daquele país e a autonomia de suas escalas de poder subnacionais (províncias e governos locais) aliados à força do poder central permitem elaborar estratégias e objetivos capazes de dirigirem funcionalmente a economia através da coordenação de diversos instrumentos de ação e, principalmente, da destacada participação do investimento do estado.

Enfim, ainda que a definição de região envolva certa ambigüidade, normalmente sua identificação se baseia na identificação do campo de forças de atração e repulsão e na emergência de características que a distinguem de outras regiões. Estes formam um conjunto de fatores e forças que podem influenciar onde as atividades econômicas se localizam e como os diferentes lugares funcionam e encontram-se inter-relacionados em uma divisão regional do trabalho. Cada país e seu legado histórico devem buscar compreender suas especificidades e, assim, formatar as políticas e estratégias mais adequadas ao enfrentamento das assimetrias sociais e espaciais.

2. O desenvolvimento de uma proposta de regionalização

Conforme abordado na seção anterior, embora o conceito de região não possa ser considerado algo consensual e acabado, a simples substituição por terminologias alternativas e também pouco precisas como territórios ou novos territórios não contribuem para avançar no sentido da formação das políticas de desenvolvimento regional ou de ordenamento do território. A discussão anterior visou romper tanto com o entendimento banal do conceito de região, quanto para mostrar que sua substituição pelo termo território não soluciona o problema. Uma mudança substancial envolveria dissociar o conceito deste último dos limites normativos e políticos-administrativos com os quais a dinâmica econômica espacial não se confunde. Neste plano encontram-se definições dadas por Dunkerly (1997), segundo o qual a região nada mais é do que uma unidade territorial que existe entre o nível dos governos local e nacional, ou Armstrong & Taylor (2000) que tratam a região simplesmente como uma

subunidade da economia nacional, normalmente definida pelo sistema de dados estatísticos disponíveis.

Ao contrário desta visão simplista e deturpada no tratamento da dimensão espacial da economia, entende-se que o conjunto da economia é formado por regiões econômicas específicas, que se formam e transformam segundo suas próprias e singulares características, suas articulações internas a montante e a jusante, isto é, entre o núcleo e a área de influência, subordinadas a condicionantes herdadas e, principalmente, integradas na economia global. Assim, considerando a região como um espaço de fluxos e um campo de forças ela pode ser previamente descrita como um sistema formado por um núcleo central ou pólo e circundada, sem uma forma previamente definida, pela sua área de influência. Segundo Allen et al (1998) o entorno regional não é necessariamente contíguo, nem tampouco descontínuo. De fato, o espaço regional é dependente da intensidade e regularidade dos fluxos socioeconômicos, sem necessariamente representar uma mancha de óleo ou uma gradiente hierárquica subordinada exclusivamente aos custos de transportes, conforme premissa básica dos teóricos da localização e da nova geografia econômica.

Assim, seguindo a linha defendida por Allen et al (1998), a primeira tarefa do pesquisador ao definir seu plano de análise espacial da economia é proceder a identificação geográfica dos pólos, das suas áreas de influência e das características da rede urbana. Entretanto, distintamente da proposição dos referidos autores, entende-se que o desenho da regionalização não é um atributo independente e discricionário de cada pesquisador. Ou seja, regionalizar a economia é um ato de reconhecimento das condições de funcionamento da mesma e não uma questão de preferências ou escolhas. Portanto, as condições de funcionamento da economia são um dado concreto, cabendo aos pesquisadores capturá-los abstratamente e não, moldá-los segundo os próprios interesses. As regiões existem e possuem formas e expressão condicionadas por campos de forças. De fato, a direção principal e a intensidade dos fluxos, condicionados pelas heranças históricas, representam a variável chave para determinar a dinâmica regional e sua área de influência. Cada região tem sua própria herança histórica, suas peculiaridades espaciais, suas características econômicas distintivas e seu próprio balanço interno e externo de influências e forças socioeconômicas. Conforme sintetiza Braudel (1995, p.458-62), as cidades florescem em lugares particulares e raramente os abandonam, mas as relações sociais de produção se alteram e se deslocam de alguns lugares, alterando suas posições no interior do espaço econômico de fluxos e, assim, causando as suas decadências.

Definido o plano de análise espacial com base nos pólos e suas áreas de influências, mediadas por fluxos de trocas, um segundo desafio do pesquisador decorre da inadequação da base de dados para entender a dinâmica das regiões. De forma geral a base de dados regionais apresenta restrições de qualidade, conforme assinalado por Hall (2002), mas também enfrenta problemas graves de inadequada desagregação.

A solução destes problemas demanda mudanças nos órgãos de estatística, mas também na metodologia de trabalho dos pesquisadores. Os diversos sistemas nacionais de estatística, normalmente, adotam recortes regionais normativos ou políticos administrativos em decorrência de seus bem definidos limites geográficos, do reconhecimento e padronização universal e da relativa estabilidade ao longo do tempo. Entretanto, embora sejam bastante funcionais para os sistemas oficiais de estatística, estes recortes regionais, conforme já abordado, não são necessariamente adequados para atender os requerimentos econômicos e sociais específicos dos estudos das dinâmicas e funcionalidades das redes e hierarquias regionais.

Assim, antes de enfrentar os desafios inerentes à confiabilidade e disponibilidade das bases de dados a análise da dimensão espacial da economia deve necessariamente se preocupar com a escala geográfica em que os dados são coletados e disponibilizados. Pois, considerando que as regiões funcionais não possuem forma pré-delimitada e que suas áreas de influência e composição podem se alterar ao longo do tempo, o mais adequado seria os sistemas oficiais de estatística produzirem dados na menor unidade de análise espacial possível. Ou seja, considerando o plano da abordagem da dinâmica econômica regional, o requisito básico é que os dados sejam disponibilizados na escala local ou municipal. Com isso passa a ser possível produzir as agregações que se fizerem necessárias para a adequada caracterização da funcionalidade regional. Quanto mais desagregado for a produção dos dados estatísticos maior o grau de liberdade do pesquisador para atender os requisitos funcionais de sua escala de desenvolvimento regional.

A disponibilização dos dados estatísticos desagregados em escalas espaciais adequadas não só ajuda na construção de propostas de planejamento e de acompanhamento do desempenho como, sobretudo, evita a desculpa de emprego de dados agregados por recortes normativos e político-institucionais. Com este procedimento passa a ser possível evitar o emprego de estatísticas com informações compiladas como resultados médios e raramente representativos das realidades e diversidades internas e relativas de desempenho de áreas não necessariamente representativas da funcionalidade espacial. Ou seja, os sistemas estatísticos possuem suas limitações operacionais e não devem se ocupar de produzir dados

regionalizados funcionalmente. Sua grande contribuição recai na produção de dados desagregados de forma suficiente para que possam ser agregados pelos pesquisadores nas escalas funcionais regionais e nas escalas demandadas pelo planejamento.

A adequação da base de dados estatísticos vem de encontro à proposta de Allen et al (1998), que sugere como metodologia de pesquisa regional que se trabalhe a partir de uma mínima escala para poder agregar seu plano regional. Sua proposta parte do local para o regional, evitando partir dos dados agregados que mais escondem do que revelam em termos de diversidade do desenvolvimento e de características regionais.

Definida a base espacial adequada para a coleta e disponibilização dos dados estatísticos o próximo desafio é a escolha das variáveis que melhor possam revelar as características da dinâmica econômica regional. Em geral, a variável mais largamente empregada tem sido o PIB (produto interno bruto) e o PIB per capita (Dunford et al, 2001; Dunford e Greco, 2006, Armstrong & Kervenodel, 1997; Comissão of European Communities, 2007; European Commission, 2008). O PIB é considerado uma importante medida de desempenho econômico, em particular na escala nacional, pois quando apurado na escala territorial, com um sistema de balanço de pagamentos, ao final do período contábil estabelece uma relação de identidade com a renda gerada. Entretanto, o mesmo raciocínio não é procedente na escala regional, pois embora a produção represente uma medida com visível identificação de procedência geográfica, sua renda, entendida como um fluxo, não permite a mesma identificação. Assim, produto e renda na escala regional não representam uma identidade e, com isso, pode ocorrer enorme discrepância regional entre capacidade produtiva e absorção de renda. Portanto, para a melhor compreensão das relações e desempenho econômico e social na escala regional é necessário trabalhar diretamente com as estatísticas de rendimento, quando disponíveis e de boa qualidade, ou com medidas indiretas de rendimentos.

Outro problema na análise da dimensão espacial da economia diz respeito à equivocada concepção de região com uma área isolada. É claro que muitas características econômicas e sociais que se apresentam em algumas regiões decorrem ou decorreram do relativo isolamento ou fechamento histórico, aspecto que pode estar na base da diferenciação e distinção em relação a outras áreas. Aliás, esta tem sido uma preocupação levantada acerca do processo de globalização, entendido como fenômeno responsável pela não diferenciação regional. Assim como Perroux (1950) e Amin (2004), North (1955) desenvolveu a teoria da base de exportação e deixou claro que as economias regionais não são produtos do isolamento, mas da particular integração no mercado. Para tanto este autor recorreu ao caso

clássico do desenvolvimento das economias regionais dos EUA, demonstrado que o sucesso das mesmas estava relacionado, principalmente, com a participação delas nos fluxos de comércio e integração externos. Sua conclusão era a de que as economias regionais mais exitosas eram as que desenvolviam produtos de grande inserção externa, decorrentes de vantagens localizacionais diferenciadas, formando nodos locais, em torno dos quais eram desenvolvidas as atividades complementares, responsáveis pela formação do entorno regional.

Mesmo depois de algumas décadas continua sendo possível revisitar a abordagem de North e constatar que as áreas com os mais densos fluxos de importação e exportação não se encontram disseminadas por todos os cantos e lugares, mas ainda permanecem concentradas em localidades específicas, que funcionam como pólos ou nodos regionais. Segundo este autor, cada economia regional possui sua distinção e especificidade, mas que isto não deve ser entendido fora de um contexto histórico e estrutural mais geral, incluindo a organização política e institucional e a correlação de forças entre o Estado e os planos macroeconômicos.

Tendo por base as considerações anteriores, entende-se que mais um passo na direção da formulação de uma proposta de regionalização da economia pode partir da principal variável autônoma, a abordagem keynesiana das decisões de gasto. Segundo esta abordagem, a decisão autônoma de gastar envolve tanto a dimensão tempo quanto a dimensão espaço. Ninguém pode decidir quanto ganhar, mas pode ser considerado relativamente autônomo para decidir onde, quanto e quando gastar. Com isso, embora seja possível medir e identificar geograficamente a atividade econômica de produção, não é possível determinar diretamente seu impacto-renda localizado. Embora de suma relevância para a análise da dinâmica espacial da economia, em geral, esta informação não se encontra disponível. Portanto faz-se necessário desenvolver procedimentos alternativos para identificar espacialmente o circuito regional dos fluxos de rendimentos e, assim, caracterizar as áreas de atração de fluxos (pólos) e diferenciá-las das suas áreas de influência ou entorno regional.

Tomando a teoria da base de exportação de North como referência é possível realizar um diagnóstico básico para separar pólos e áreas polarizadas, permitindo criar um esboço de regionalização funcional, através da identificação do caminho dos fluxos de trocas regionais e da distribuição da renda. A idéia básica desenvolvida por North foi separar as atividades de exportação das atividades de consumo interno, definidas respectivamente como atividades com produção não residencial, de um lado e residencial, de outro. Na proposta da teoria da base de exportação, seriam as atividades exportáveis aquelas responsáveis por ligar a economia nos fluxos externos e atrair renda, favorecendo a expansão das atividades residenciais para o seu entorno.

Partindo desta idéia podem-se dividir as atividades econômicas em dois grupos: os que produzem atividades transportáveis e as atividades tipicamente de consumo localizado. O primeiro grupo fornece informações de quantidade produzida na localidade, mas não permite determinar quanto de renda gera localmente, dado que seus produtos podem ser consumidos em qualquer lugar do mundo. O segundo grupo, normalmente as atividades de comércio e serviços (setor terciário), além de permitirem identificar o quanto foi produzido, dá uma medida de dispêndio localizado, uma vez que é o agente que toma a decisão de gastar que se desloca até o centro produtor para consumir in loco os produtos.

Portanto, juntando a idéia da base de exportação com a noção de transportatividade das atividades e agregando o conceito de decisões autônomas de gasto, torna-se possível construir uma metodologia indireta de identificação de tendências da direção e volume dos fluxos de interações econômicas, permitindo identificar e desagregar os pólos e as áreas polarizadas. A meta principal não é contabilizar os fluxos de interações espaciais, dado que, de forma geral, estes são imperceptíveis e não informados. A proposta reside em criar um conjunto de indicadores, básicos e complementares, que sirvam de proxy das forças regionais centrípetas e centrífugas, identificadas indiretamente pela ótica da localização das decisões autônomas de dispêndio dos agentes econômicos e, conseqüentemente, das áreas de atração e polarização da renda.

A mensuração dos pontos de maior concentração das atividades residenciais, identificadas, conforme Guimarães e Faria (2006) através de um Índice de Terciarização permite selecionar os pontos potenciais de polarização. Assim, agregando a estes indicadores de fluxo outros dados econômicos e sociais complementares, disponíveis na base local pode-se criar dois indicadores básicos: de massa econômica e massa demográfica. Agrupando estes indicadores é possível juntar duas técnicas de análise. Os indicadores de massa permitem agrupamentos por tipologia classificatória segundo a capacidade de atração gravitacional. De um lado as áreas/localidades com massa econômica e demográfica com potencial de atração e, do outro, as demais, sem massa, pertencentes ao campo de influência das anteriores. Feita a desagregação de todas as áreas pólos e de suas regiões de influência é possível realizar um passo complementar e promover uma caracterização específica das estruturas produtivas, do mercado de trabalho, do suporte institucional e das principais interações e redes presentes na economia regional, com destaque para sua hierarquia urbana.

No caso do Brasil, um instrumento adicional de apoio é a pesquisa do IBGE (1972, 2007) que definiu as regiões de influência das cidades. Esta pesquisa, realizada desde a década de 1960, representa um importante referencial para a regionalização brasileira.

Entretanto, assim como as propostas de regionalização funcional do DATAR (Hall: 2002) e ESPON (2005), também os trabalhos do IBGE (1966 e 2007) não conseguiram contemplar as proposições enunciadas neste trabalho. No caso da formulação pioneira e histórica do IBGE nota-se uma concepção muito semelhante, haja vista sua proposta versar sobre a diferenciação de áreas pela intensidade das relações econômicas e sua mediação por fluxos. Entretanto, os desdobramentos da metodologia levaram à aplicação de uma pesquisa primária direta que procura captar as interdependências espaciais com base em questionário de consumo final, deixando de lado um importante fluxo de integração comercial e produtiva que é representado pelo consumo intermediário. As limitações da pesquisa de campo aplicadas pelo IBGE prejudicam a identificação e o refinamento, em sua classificação, das hierarquias urbanas e suas áreas de influência. Estas considerações não diminuem a importância desta pesquisa como referência basilar para complementar a proposta metodológica aqui esboçada. Por outro lado, as outras duas propostas de regionalização antes referidas não buscam revelar o campo de forças regional, dedicando-se à criação de rankings e classificações hierárquicas que não cumprem a tarefa da regionalização.

3. Considerações finais

Este texto procurou mostrar que é possível avançar na produção de uma metodologia funcional de regionalização como condição elementar para a formulação e avaliação das políticas de desenvolvimento regional. Seu maior desafio é aprimorar o entendimento conceitual acerca da região e desenvolver ferramentas capazes de ajudar na determinação do conjunto de forças presentes na formação e transformação dos espaços regionais. A identificação indireta do sentido e intensidade dos fluxos socioeconômicos torna possível avançar na elaboração de uma proxy da localização espacial dos fluxos de renda. Fazendo isto, torna viável a desagregação dos pólos e a delimitação de suas áreas de influência. O aprofundamento da análise da dinâmica regional demanda a interveniência de informações complementares, incluindo pesquisas de campo como, no caso brasileiro, as realizadas pelo IBGE.

Uma importante conclusão, proveniente da própria conceituação de região é que o processo de regionalização não implica na criação de novos recortes regionais e delimitações institucionalizadas. O propósito de identificação das regiões funcionais representa um exercício basilar para apreender abstratamente o funcionamento real da economia. Portanto, os avanços do planejamento regional dependem de uma clara interpretação da dinâmica de

desenvolvimento das forças regionais e da conseqüente definição dos objetivos, instrumentos e recursos de enfrentamento das desigualdades sociais. As experiências européia e chinesa ajudam a refletir sobre o importante papel da escala de poder nacional ou supra-nacional na coordenação e definição de objetivos, estratégias e aporte de recursos para enfrentar as assimetrias do desenvolvimento espacial. A fragmentação ou pulverização de ações subordinadas aos interesses locais ou particulares podem comprometer a coesão e a própria dinâmica funcional do desenvolvimento regional pré-existente ou desejável.

O grande desafio da política regional, considerando que os espaços regionais não se limitam aos domínios político-administrativos é lidar como os objetivos transversais no território e envolver as distintas escalas de poder e o seu balanço de forças, objetivos e interesses. Esta complexa tarefa leva a definição dos objetivos regionais para as instâncias políticas e sociais de maior representação. O histórico de fracasso de muitas políticas de desenvolvimento regional podem ser creditadas ao desconhecimento das estruturas funcionais presentes nas economias e que levaram à formulação de ações e estratégias insuficientes para a transformação das realidades. Aliás, o que se procurou mostrar neste texto foi a difícil tarefa de interpretar e apreender a dinâmica concreta das forças econômicas regionais.

A proposta central deste texto é resgatar a importância de conhecer a dinâmica funcional regional como substrato importante para ajudar na definição dos objetivos, estratégias e instrumentos de desenvolvimento regional e, com isso, promover a integração produtiva no conjunto da economia e entre as economias urbanas, os pólos e suas áreas adjacentes, bem como suas relações entre espaços urbanos e rurais. A integração produtiva ajuda a reforçar a solidariedade e promover o adensamento da estrutura econômica sem necessariamente gerar uma concentração espacial. Enfim, para o caso brasileiro, o primeiro grande desafio é promover uma nova regionalização da economia, considerando que as velhas divisões do IBGE (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste) não atendem às necessidades da política de desenvolvimento regional. Neste sentido, o modelo chinês parece ter muito a nos ensinar, particularmente através da criação de um zoneamento funcional para atingir objetivos coordenados e dirigidos.

Referências bibliográficas

- Allen, John; Massey, Doreen; Cochrane, Alan.** Rethinking the region. London/New York: Routledge, 1998.
- Amin, Ash.** Regions unbound: towards a new politics of place. *Geografiska Annaler*, 86 B, 2004, p.33-44.

- Armstrong, Harvey & Kervenodel, Ronan de.** Regional economic change in the European Union. In: Bachtler, John & Turok, Ivan. The coherence of EU Regional Policy: contrasting perspectives on the structural funds. London: Jessica Kingsley Publishers Ltd, 1997.
- Armstrong, H. & Taylor, J.** Regional economics and policy. Oxford: Blackweell Publishers, 3ª edition, 2000.
- Boudeville, Jacques Raoul.** Contribution a l'étude des pôles de croissance bréliliens. Paris: Cahiers, série F, nº 10, 1957.
- _____. L'espace et les Pôles de Croissance. Paris: Puf, 1968.
- Braudel, F..** Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- Castells, M..** A Sociedade em Rede. São Paulo, Paz e Terra, 2000.
- Christaller, W..** (1933) Central places in southern Germany. New Jersey: Prentice-Hall, 1966.
- Commission of the European communities.** Fourth report on economic and social cohesion. Brussels, 30.5.2007.
- _____. Fourth progress report on cohesion. The growth and jobs strategy and the reform of European cohesion policy. Brussels, 12/06/2006.
- Diniz, Clélio Campolina.** A busca de um projeto de nação: o papel do território e das políticas regional e urbana. Revista da ANPEC, EconomiA, Slecta, Brasília, v.7, nº 4, p. 1-18, dez-2006.
- _____. (org.) Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil. Brasília: UNB, 2007a.
- _____. (coord.) Proposta de regionalização do Brasil. Belo Horizonte: Ministério do Planejamento/ CGEE/FUNDEP/CEDEPLAR-UFMG, abril de 2007b.
- Dunford, Michael.** Area definition and classification and regional development finance: the European Union and China. In: Handbook of local and regional development. Pike, A; Rodrigues-Pose, A; Tomaney, J. (ed). London: Routledge, 2010.
- Dunford, Michael, Hall, Ronald, Smith, Alasdair & Tsoukalis, Loukas.** In: Competitiveness and cohesion in EU Policies. Oxford: Oxford Press, 2001 (Introduction)
- Dunford, Michael & Greco, Lúdia.** After the three Italies: wealth, inequality and industrial change. Blackwell Publishing: Oxford, 2006.
- Dunkerley, David.** Regions in Europe and 'a Europe of the regions'. In: Bachtler, John & Turok, Ivan. The coherence of EU Regional Policy: contrasting perspectives on the structural funds. London: Jessica Kingsley Publishers Ltd, 1997.
- ESPON 1.1.1.** Potentials for polycentric development in Europe. Final report. Stockholm, Revised version, March 2005. (www.espon.lu)
- European Commission.** ESDP – European Spatial Development Perspective: towards balanced and sustainable development of territory of the European Union. Potsdam: Committee on Spatial Development, May 1999.
- _____. European regional statistics – Changes in the NUTS classification 1981-1999. Luxembourg: Office for official publications of the European Communities, 2002. (<http://epp.eurostat.ec.europa.eu>)

- _____. Fourth report on economic and social cohesion. Growing regions, growing Europe, May-2007.
- _____. Fifth progress report on economic and social cohesion. Growing regions, growing Europe, June-2008.
- European Commission, Eurostat, European Environmental Agency.** Report on community policies and spatial planning. Brussels, 1999.
- European Commission.** Eurostat/NUTS, 2009. (<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal>)
- Guimarães, E. N. & Faria, G. A.** Integração e desenvolvimento regional: uma proposta de regionalização de Minas Gerais. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2006.
- Hall, Peter.** Urban and regional planning. London: Routledge, fourth edition, 2002.
- Harvey, David.** The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change. London: Blackwell, 1990.
- Hirschman, A. O.** Estratégia do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- IBGE.** Região de influência das cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.
- IBGE.** Região de influência das cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- Isard, Walter.** Location and Space-economy. Cambridge, MA, MIT Press, 1956.
- Jones, Rhys.** People/states/territories: the political geographies of British state transformation. Blackwell Publishing: Oxford, 2007.
- Keynes, John Maynard.** The General Theory of employment, interest and money. Macmillan, 1936.
- Krugman, Paul.** Increasing returns and economic geography. *Jornal of Political Economy*, vol. 99, n. 3, 1991.
- _____. Complex landscapes in economic geography. *The American Economic Review*, vol 84, n. 2, may – 1994.
- _____. The role of geography in development. Annual World Bank Conference on Development economics. Washington, April – 1998a.
- _____. What's new about the new economic geography? *Oxford Review of Economic Policy*, vol. 14, n. 2, 1998b, 07-17.
- _____. Space: the final frontier. In: *Journal of Economic Perspectives*, vol. 12, nº 2, Spring 1998c, 161-174.
- _____. (1999) Some chaotic thoughts on regional dynamics. <http://web.mit.edu/krugman/www/temin.html>
- Lösch, A.** (1940) The economics of location. New Haven: Yale University Press, 1954.
- Marshall, A.** (1890). *Princípios de Economia*. São Paulo, ed. Abril, 1982.
- Martins, Carlos Estevam.** Da globalização da economia à falência da democracia. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, (6): 1-23, jun. 1996.
- Myrdal, Gunnar.** Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. São Paulo: Zahar, 1972.
- North, Douglas C.** Location theory and regional economic growth. In: *The Journal of Political Economy*. The University of Chicago Press, vol. 63, nº 3, June 1955, 243-258.

- O'Connor, James.** USA: a crise do estado capitalista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- Perroux, François.** Economic space: theory and applications. In: *The Quarterly Journal of Economics*. The MIT Press, vol. 64, nº 1, February 1950, 89-104.
- _____. *A economia do século XX*. Lisboa: Heder, 1966.
- Reis, José.** Uma epistemologia do território. Coimbra: Faculdade de economia da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2005. (www.ces.uc.pt/jr/publics.htm)
- Rochefort, M..** Redes e sistemas: ensinando sobre o urbano e a região. São Paulo: Hucitec, 1998.
- Santos, Milton.** Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo, Hucitec, 1994.
- _____. O retorno do território. In: *Territorio y movimientos sociales*. Buenos Aires: Clasco, Osal 257, ano VI, nº 16, janeiro-abril, 2005.
- Schumpeter, J.** *The theory of economic development*. Cambridge: Harvard University Press, 1934.
- Scott, A. J.; Storper, M..** Regions, Globalization, Development. *Regional Studies*, vol. 37.6&7, PP. 579-593, October 2003.
- Souza, Marcelo Lopes de.** O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- Storper, Michael.** *The regional world: territorial development in a global economy*. New York-London: Guilford Press, 1997.
- Von Thünen, J. H..** (1826). *The isolated state*. Oxford: Pergamon Press, 1966.
- Weber, Alfred.** *Theory of the location of industries*. Chicago: University of Chicago Press, 1909.